

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA OPERAÇÃO

LO n.º 13/2014

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal n.º 003 de 1998, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.241/11 de 27/09/2011, bem como de acordo com a Lei n.º 6.938/81, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274/90, e Resolução CONAMA n.º 237, de 19/12/1997, combinada com a Resolução CMMA n.º 001/10 de 28/12/2010, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza o:

Processo Administrativo: 012/2006 **Protocolo n.º 1.318/2013 de 28/11/2013.**

Licenciados: **IRIO PANZENHAGEM** CPF 309.905.940-04
OTTOMAR PANZENHAGEM CPF 056.023.430-91
MARCELO PANZENHAGEM CPF 982.261.750-53

Endereço: Linha Jaboticaba
Interior do município de Nova Boa Vista/RS

VISTO: ART n.º 7140353 do CREA-RS de Assessoria e Laudo Técnico, de responsabilidade do Técnico em Agricultura NELSON SILVESTRE STEFFEN CREA-RS 059.399. Parecer Técnico da empresa JR AMBIENTAL CREA-RS 155.125, ART n.º 6715384 (Contrato Administrativo), datado de 28/01/2014, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições:

OBJETO: Na propriedade rural localizada na Linha Jaboticaba, interior do município, imóvel matriculado no CRI de Sarandi 26.387, Coordenadas Geográficas, Lat. 28°00'09,0"S Long. 52°55'55,6"W, Promover:

1. **OPERAÇÃO** relativa à atividade **SUINOCULTURA** sistema **TERMINAÇÃO**, capacidade de **350 Animais** alojados em 01 (um) galpão criatório com **396,00 m²**, sistema de tratamento de dejetos em 01 (uma) lagoa de estabilização com **600,00 m³**, revestida em PEAD – Poli Etileno de Alta Densidade.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Quanto às condições da propriedade:

1.1. Imóvel em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal n.º 11.428 de 22/12/2006, bem como no Decreto Federal n.º 6.660 de 21/11/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

1.2. Deverá adotar medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;

1.3. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônômico e/ou Receituário Veterinário;

1.4. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual n.º 9921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto conforme artigo 6 parágrafo 5 Lei 7802/89 alterada pela lei 9974/2000;

1.5. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria n.º 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;

1.6. Armazenar **sempre** a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de **agrotóxicos** e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

1.7. As embalagens de **medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem** ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando semestralmente (até dia 15 dos meses de julho e janeiro), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;

1.8. Deverá ser cientificada a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na área e atividade objeto da presente LO;

1.9. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses, o plano de desativação com levantamento técnico do (s) passivo (s) e definições da destinação final do(s) mesmos (s) para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

2. Quanto à localização e características das construções:

2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, 180 metros de manancial hídrico e 50 metros de nascente;

2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 160 metros das habitações e terrenos vizinhos;

2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 200 metros de estradas;

2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;

2.5. Os pisos devem ser mantidos em alvenaria e impermeabilizados, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;

2.6. As paredes internas e externas devem ser mantidas em material rígido não poroso, e com pintura;

2.7. A coleta e a condução lateral dos dejetos ao sistema de tratamento (esterqueira) devem ser mantidos em mantidos em tubulação fechada, a fim

de minimizar a proliferação de moscas, outros vetores e substâncias odoríferas;

2.8. Todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos;

2.9. **No prazo máximo de 90 (noventa) dias 27/04/2014**, deverá ser reformado o sistema de compostagem, para destino de animais mortos, e outros resíduos de mesma origem, e implantado uma bacia de contenção nas laterais, mantida sob piso polido, devendo estar **interligado** com o sistema de tratamento de dejetos; No mesmo prazo **27/04/2014** deverá através de relatório técnico e fotográfico, noticiar o Departamento Ambiental da reforma em questão.

3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:

3.1. O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser mantido com capacidade mínima de **600,00 m³**, e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);

3.2. A área de tratamento de dejetos deverá ser isolada com cerca de tela plástica com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura;

3.3. Deverão ser implantados procedimentos que evitem a propagação de odores, dispersão de poeiras e proliferação de vetores;

3.4. O sistema de em tela, deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:

4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundação periódica;

4.2. O lençol freático deve estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.

4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 2.000 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 700 metros de habitações vizinhas;

4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;

4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Com vistas à renovação da presente LO, deverá ser requerido e apresentado ao Departamento do Meio Ambiente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

1. Requerimento solicitando a renovação desta LO;

2. Cópia desta licença;

3. Laudo Técnico com a pertinente ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, informando as condições de operação de todo o sistema, (instalações, esterqueira, coleta e transporte dos dejetos, áreas de disposição final dos dejetos);
4. Plano de Gerenciamento de disposição em solo agrícola, por um período de 04 (três) anos, dos dejetos gerados pela atividade em tela, com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, específica e relativa às atividades de Assessoria e Assistência Técnica;
5. Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pela Municipalidade;
6. Comprovante de pagamento das taxas de custos ambientais, previstas na Lei Municipal n.º conforme Leis Municipais nº 1.241/11 de 27/09/11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. O responsável técnico pelas informações e disposição em solo agrícola dos dejetos gerados pela atividade, é o Técnico em Agricultura NELSON SILVESTRE STEFFEN CREA-RS 059.399, através da ART n.º 7140353 do CREA-RS.
 2. Esta **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **28/11/2016**. Este perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não corresponderem à realidade, e ou algum prazo estabelecido não for cumprido. Em **ocorrendo REVOGAÇÃO** fiscalização ambiental municipal, lavrará automaticamente **Auto de Infração Ambiental**, de acordo com a legislação ambiental Municipal em Vigor, que recepciona a Lei n.º 9.605/98, combinada com o Decreto n.º 6.514/08;
 3. A presente licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
 4. Os Srs. **Irio Panzenhagem, Ottomar Panzenhagem e Marcelo Panzenhagem ficam e são** responsáveis em observar as condições expressas nesta licença, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma;
- Observação:** Trata-se de uma atividade classificada como de porte “PEQUENO”, e de potencial poluidor “ALTO”. A presente **LO, Renova a LO nº 161/2011** expedida pelo município.

Nova Boa Vista/RS, 29 de janeiro de 2014.

Marcio Thums
Prefeito Municipal

